

denciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o lugar referido, caducando com o seu preenchimento.

4 — Local de trabalho — O Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco, situado na Avenida Pedro Álvares Cabral, Castelo Branco.

5 — Conteúdo funcional — o constante no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 241/94, de 22 de Setembro.

6 — O presente concurso rege-se pelas disposições legais contidas no Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro, Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações constantes no Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

7 — Vencimento e regalias sociais — o vencimento é fixado de acordo com o mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro, sendo as regalias sociais as genericamente atribuídas aos demais trabalhadores da Administração Pública.

8 — Requisitos de candidatura:

8.1 — Requisitos gerais — os definidos no artigo 23.º da Secção II, do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro.

8.2 — Requisitos especiais — ser assistente principal de psicologia clínica da carreira técnica superior de saúde, com pelo menos, quatro anos de serviço classificados de *Bom*, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 501/99, de 19 de Novembro.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco, Avenida Pedro Álvares Cabral, 6000-085 Castelo Branco, o qual deverá ser entregue no Serviço de Recursos Humanos, durante as horas normais de expediente, até ao último dia do prazo estabelecido para as candidaturas, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, o qual se considera dentro do prazo legal, se o registo for datado até ao último dia do prazo fixado.

10 — Do requerimento deverão constar, além do pedido de admissão ao concurso, os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, residência, código postal e telemóvel/telefone, se o houver);

b) Habilitações literárias e profissionais, bem como a categoria e serviço ou organismo ao qual esteja vinculado;

c) Referência ao aviso de abertura do concurso, identificando o número e data do *Diário da República*, onde vem anunciado, bem como a área profissional a que se candidata;

d) Menção do número de documentos que acompanham o requerimento;

e) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem motivo de preferência legal.

11 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão ser acompanhados dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) Três exemplares de um trabalho no âmbito da respectiva área técnico-científico, relacionado com a natureza do lugar a prover, que poderão ser entregues no prazo estipulado no ponto 13.2, deste aviso;

b) Certificado das habilitações literárias e profissionais;

c) Declaração emitida pelo serviço de origem, donde constem a natureza do vínculo à função pública, a categoria do candidato, a antiguidade na função pública, na carreira e na categoria e classificação de serviço dos últimos quatro anos.

12 — Os documentos mencionados na alínea b) poderão ser substituídos por declaração do serviço, desde que, os mesmos constem nos respectivos processos individuais.

13 — Método de selecção a utilizar — prova pública de discussão de um trabalho no âmbito da respectiva área técnico-científica, relacionado com a natureza do lugar a prover, nos termos do n.º 4 do artigo 16.º e do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro.

13.1 — A prova pública da discussão do trabalho no âmbito da respectiva área técnico-científica tem por objectivo avaliar a capacidade dos candidatos para o exercício das funções de estudo, selecção, concepção e aplicação de métodos e processos de natureza técnica, no âmbito das funções da categoria a que se refere o concurso.

13.2 — O trabalho técnico-científico deve ser entregue no serviço ou estabelecimento interessado, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da publicação do aviso de abertura do concurso.

13.3 — A prova pública de discussão de trabalho técnico-científico tem a duração máxima de sessenta minutos, incluindo até trinta minutos iniciais destinados ao candidato para defesa do tema.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

16 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

17 — A lista dos candidatos e a lista de classificação final do concurso, bem como quaisquer outros elementos julgados necessários para melhor esclarecimento dos interessados, serão afixados no expositor junto ao Serviço de Recursos Humanos deste Hospital, independentemente do cumprimento das disposições legais contidas no Decreto-Lei n.º 213/2000, de 2 de Setembro.

18 — Constituição do júri:

Presidente — Dra. Lígia Margarida Inácio Fonseca, técnica superior de Saúde Assessora Superior de Psicologia Clínica, dos HUC.

Vogais efectivos:

Dr. Fernando Edilásio M. Alves Pocinho, Técnico Superior de Saúde Assessor Superior de Psicologia Clínica, dos HUC.

Dra. Maria Alzira Pina de Albuquerque Sequeira, técnica superior de Saúde Assessora de Psicologia Clínica, do Hospital de São Teotónio, EPE, Visu.

Vogais suplentes:

Dra. Maria José Paisana Roseiro, técnica superior de Saúde Assessora Superior de Laboratório, do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco.

Dra. Maria Tavares Fernandes, técnica superior de Saúde Assessora Superior de Laboratório, do Hospital Amato Lusitano — Castelo Branco.

19 — O primeiro vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

2 de Novembro de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Sanches Pires*.

202539864

#### Deliberação (extracto) n.º 3058/2009

Por deliberações de 01 e 15 de Outubro de 2009, dos Conselhos de Administração dos Hospitais Curry Cabral e Amato Lusitano — Castelo Branco:

Alexandra Susana Branco Tavares, enfermeira graduada do Hospital de Curry Cabral e Sónia Isabel Agostinho Sacramento Mendes, enfermeira graduada, do HAL — Castelo Branco — Autorizada, em simultâneo, a mobilidade interna na categoria, no HAL — Castelo Branco (Alexandra Susana Branco Tavares) e Hospital Curry Cabral (Sónia Isabel Agostinho Sacramento Mendes), com efeitos reportados a 01 de Novembro de 2009. (Isento de fiscalização prévia do TC)

28 de Outubro de 2009. — O Presidente do Conselho de Administração, *José Manuel Sanches Pires*.

202538608

#### Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.

#### Despacho (extracto) n.º 24624/2009

Nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e na sequência do procedimento concursal aberto nos termos legalmente estabelecidos, foi nomeada, por despacho do Presidente do Conselho Directivo do INSA, IP, de 23/10/2009, a técnica superior, Maria Manuela Duarte Veloso de Carvalho Sousa, para o cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau, Directora de Gestão de Recursos Financeiros, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, cuja nota curricular se anexa.

A presente nomeação acolhe a proposta do júri, que concluiu que a candidata detém larga experiência no âmbito do cargo a prover, no Sector da Saúde em geral, e no Serviço Nacional de Saúde e das Instituições que o integram em particular, nomeadamente, em análise financeira, análise orçamental e contabilidade. Detém igualmente uma experiência consolidada em funções de coordenação e em exercício de cargos dirigentes, para além de demonstrar capacidade de liderança, organização de ideias, sentido crítico e clareza na definição de ob-

jectivos, sendo, deste modo, detentora do perfil, da experiência, dos conhecimentos e da formação adequados ao provimento do cargo para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço.

A presente nomeação produz efeitos à data do despacho de nomeação.

30 de Outubro de 2009. — O Presidente, *José Pereira Miguel*.

#### Nota curricular

Nome: Maria Manuela Duarte Veloso de Carvalho Sousa, natural de Lisboa, nascida a 02 de Abril de 1965.

Habilitações Literárias: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Categoria Profissional: técnica superior entre a 7.ª e a 8.ª posição remuneratória, pertencendo ao mapa de pessoal da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS, IP).

Habilitações profissionais: formação na área da Organização, Gestão, Auditoria e Contabilidade, sendo de destacar os seguintes cursos:

Código dos Contratos Públicos, Gestão e Execução Orçamental do PIDDAC, Gestão e Controlo dos Dinheiros Públicos, Balanced Scorecard;

Gestão Privada — Articulação Financeira com a Gestão Pública; Auditoria e Controlo Interno na Administração Pública; Sistema de Controlo Interno na Administração Pública; O Orçamento como Instrumento de Gestão nos Serviços Públicos; O Controlo de Execução Orçamental e a Prestação de Contas nos Serviços com Autonomia Administrativa; Auditoria financeira; A Contabilidade Geral, Previsional e o POCSS (actual POCMS); Especialização em Gestão Industrial; Fiscalidade.

Experiência Profissional: Nomeada, em regime de substituição, por Despacho do Presidente do Conselho Directivo do INSA, IP, e com efeitos a 12 de Maio de 2008, para o exercício do cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau, assegurando desde então as competências dos Serviços de Apoio à Investigação, Gestão e Administração que integram 3 Direcções de Serviço — Direcção de Gestão de Recursos Financeiros, Direcção de Gestão de Recursos Humanos e Direcção de Gestão de Recursos Técnicos.

Nomeada para o exercício do cargo de Direcção Intermédia de 2.º grau, em 06 de Fevereiro de 2008, em regime de comissão de serviço, e após procedimento concursal, para a Divisão de Gestão Financeira da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (unidade orgânica integrada no Instituto Politécnico de Lisboa, pertencente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

Colaborou durante 3 anos na direcção e coordenação do Departamento de Consolidação e Controlo de Gestão do SNS do ex-IGIF, actualmente designado de Unidade Operacional de Gestão Financeira da ACSS, IP, assumindo, na ausência da Directora de Serviços, funções de direcção.

Executou, como técnica superior, entre muitas outras, as seguintes funções mais relevantes:

Elaboração de estudos financeiros para a dotação global/financiamento do SNS;

Elaboração da conta consolidada do SNS;

Controlo da execução orçamental do SNS;

Elaboração do Plano de Tesouraria do SNS;

Controlo da execução financeira dos programas verticais do SNS;

Análise e acompanhamento dos elementos económico-financeiros e orçamentais dos hospitais centrais dos serviços psiquiátricos, dos serviços autónomos e das escolas superiores de enfermagem e de tecnologias da saúde que se encontravam integradas no Ministério da Saúde.

Integrou, em regime de substituição da directora de serviços, o grupo de acompanhamento do Protocolo estabelecido entre o Ministério da Saúde e a Indústria Farmacêutica (APIFARMA);

Integrou, após nomeação do Secretário de Estado da Saúde, o grupo de trabalho de Apoio Técnico ao Lançamento do Concurso de Gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul;

Integrou, após nomeação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o grupo de trabalho das Contas Nacionais do Ministério da Saúde;

Integrou, após nomeação do Secretário de Estado da Saúde, a Comissão Paritária para acompanhamento da execução do Protocolo de Acordo entre o Ministério da Saúde e os CTT — Correios de Portugal, S. A.

Vogal do Conselho Fiscal do SUCH — Serviço de Utilização Comum dos Hospitais — desde 2002.

202540924

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete da Ministra

#### Despacho n.º 24625/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 1 dos artigos 2.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Teresa Margarida Pedroso Rodrigues da Almeida Costa para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete, em regime de comissão de serviço.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009.

30 de Outubro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

202539856

#### Despacho n.º 24626/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Sara Margarida da Silva Rodrigues Leitão Amor para prestar funções de assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialidade.

2 — Pela prestação de tais funções, realizadas com subordinação hierárquica, é atribuída à nomeada uma remuneração mensal de € 2440, acrescida do abono mensal de subsídio de refeição e ainda dos subsídios de férias e de Natal, calculados sobre o montante da remuneração anteriormente referida e sujeitos a todos os descontos legais.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009 e é válida pelo período de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, podendo ser revogada a todo o tempo.

30 de Outubro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

202539823

#### Despacho n.º 24627/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Tiago do Carmo Vaz Graveto André para prestar funções de assessoria técnica ao meu Gabinete na área de apoio à informática de gestão, em regime de comissão de serviço.

2 — Pela prestação de tais funções é atribuído ao nomeado uma remuneração mensal de € 2450, acrescida do abono mensal de subsídio de refeição e ainda dos subsídios de férias e de Natal, sujeitos a todos os descontos legais.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009.

30 de Outubro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

202539904

#### Despacho n.º 24628/2009

Nos termos e ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Ana Paula da Conceição Gomes Pinota da Fonseca, assistente administrativa, para prestar funções na área de imprensa, em regime de comissão de serviço, através de requisição feita à Agência Nacional para a Qualificação, I. P.

2 — Pela prestação de tais funções, é atribuída à nomeada uma remuneração mensal correspondente à de secretária pessoal, acrescida do abono mensal de subsídio de refeição e ainda dos subsídios de férias e de Natal, sujeitos a todos os descontos legais.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 26 de Outubro de 2009.

30 de Outubro de 2009. — A Ministra da Educação, *Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar*.

202539175

#### Despacho n.º 24629/2009

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho:

1 — Nomeio Ana Maria Alfaro Cardoso para exercer as funções de secretária pessoal, em regime de comissão de serviço.